Uma História da Filosofia para filósofos

Olavo de Carvalho

“Os professores são os maiores inimigos dos filósofos.”

Jacques MARITAIN

Quando você entra numa faculdade de filosofia, assiste a conferências ou programas de divulgação filosófica ou simplesmente abre um manual popular de história da filosofia, logo toma conhecimento de personagens que são ali considerados “os filósofos mais importantes”. Por que são importantes? Porque – responde-se – “exerceram influência”. Mas exerceram influência sobre quem? Sobre pequenos círculos de pessoas dedicadas de corpo e alma, como eles próprios, à busca da verdade e da sabedoria? Não. Exerceram influência sobre a cultura inteira, sobre a sociedade, sobre a política, sobre as classes dominantes, sobre as massas, sobre “o curso da História”. Em suma, exerceram influência sobre algo que se denomina “a opinião pública”. Mas — esperem um pouco — a opinião pública, a *doxa*, não era precisamente, para os pais-fundadores do pensamento filosófico ocidental, aquilo que mais direta e radicalmente se opunha à filosofia, ao ponto de que esta se autodefinia pelo contraste com a *doxa*, pela busca de um saber epistêmico e apodíctico, racionalmente organizado e demonstrável, nos antípodas da mera opinião, do achismo, das crenças e hábitos dominantes, da moda? Comprovadamente sim, mil vezes sim – o que nos leva à conclusão inescapável de que aquilo que hoje se transmite e se impõe como “filosofia importante” é a filosofia aprovada pela *doxa*, a filosofia dos não-filósofos, a filosofia da antifilosofia.

Pior. O critério inteiro da “importância histórica”, que eleva uns filósofos ao supremo patamar da glória e condena outros ao esquecimento, baseia-se na visão que a *doxa* contemporânea tem do processo histórico como uma evolução ascendente, predestinada a libertar o ser humano das trevas da ignorância e da superstição e preparar o advento do reino da razão e das luzes, personificado por essa mesma *doxa*.

A história da filosofia e a cultura filosófica inteira que se transmitem às platéias leigas constituem assim uma poderosa máquina de autoconfirmação e consagração de tudo aquilo a que Sócrates, Platão e Aristóteles voltaram suas costas para sair em busca de algo mais valioso e duradouro.

É por isso que os melhores esforços de estudiosos eruditos para redescobrir tesouros escondidos, preenchendo as lacunas e corrigindo os falsos julgamentos da história vulgar da filosofia, permanecem circunscritos no âmbito acadêmico — isto quando não são desprezados como meras excentricidades —, sem exercer a menor influência sobre o que se ensina nas escolas, se divulga na mídia e se propaga no mercado editorial sob o nome de “filosofia”.

Felizmente, a *doxa* não é um bloco de coerência. A unanimidade hipnoticamente repetitiva da sua visão da história do pensamento só chega até mais ou menos o começo do século XIX. Daí por diante ela se biparte. Uma ala vê a evolução histórica como a preparação da democracia moderna — o reino da razão, da ciência e da liberdade —, a outra entende essa democracia como um estágio apenas penúltimo, destinado a preparar o advento do socialismo, da sociedade “sem classes” por meio da *práxis* revolucionária.

“A filosofia da *práxis* — escreve Antonio Gramsci, o fundador do Partido Comunista Italiano — pressupõe todo um passado cultural: o Renascimento, a Reforma, a filosofia alemã e a Revolução Francesa, o calvinismo e a economia clássica inglesa, o liberalismo laico e o historicismo que se encontra na base de toda a concepção moderna da vida.”^[1]

Do mesmo modo, qualquer manual escolar de História, nos EUA, assinalará como precursores da democracia americana Lutero e Calvino, John Locke, Montesquieu, Voltaire — o Iluminismo inteiro —, Rousseau, a Revolução Francesa e a economia de Adam Smith. A única diferença decisiva é que a concepção histórica da democracia pára por aí, enquanto a dos marxistas anuncia o capítulo seguinte, que a democracia enxergará como um perigo a ser evitado.

Como bem viu o próprio Gramsci, ambas essas visões em disputa comungam da perspectiva historicista — a redução da realidade ao processo histórico, do qual cada uma se anuncia

como a culminação perfeita, vendo no adversário um obstáculo à realização de tão maravilhoso objetivo. Não é à toa que os socialistas chamam aos seus concorrentes de “reacionários” e que o socialismo é rotulado por estes de “retrocesso”. A História é a medida de todas as coisas, tudo vai sempre na direção do melhor e só não chega lá porque alguém de má vontade lhe barra o caminho. Quem? O democrata ou o socialista?

Essa brecha na opinião bem-pensante clama por uma resposta do filósofo que, fazendo temporária abstração da escolha entre democracia e socialismo, pretenda apenas manter-se fiel ao programa originário da filosofia.

O problema é que, se ambas as correntes do historicismo progressista crêem no império do fato consumado, baseando-se em última análise no preceito de Hegel de que todo o real é racional e vice-versa, nem o capitalismo nem o socialismo são fatos consumados: ambos são processos em curso, que avançam, retrocedem e frequentemente se mesclam ao ponto do indiscernível. Nenhum dos dois é “real”: ambos são potências em curso de realização. Portanto nenhum deles pode legitimamente proclamar-se a encarnação final da razão, nem muito menos entender o processo histórico como preparação do seu advento supostamente inevitável. O que quer que esteja acontecendo, tudo sempre poderia ter acontecido de maneira diferente, se outras fossem as opiniões e outras as escolhas. A liberdade não cessa de existir só porque alguém abdicou de exercê-la.

Por isso mesmo o filósofo tem o direito e o dever de colocar, ao menos para si mesmo, as seguintes perguntas:

1. A opinião majoritária dos círculos dominantes na sociedade tem as qualificações necessárias para julgar a história da filosofia e separar, nela, o importante do irrelevante, ou, ao contrário, ela introduz aí um viés profundamente antifilosófico?

2. Se, em vez de avaliar os filósofos pelo sucesso que obtiveram perante a *doxa*, lhes permitíssemos falar por si mesmos e julgar seus colegas de outras épocas pela sua contribuição objetiva à própria filosofia, à perfeição da consciência intelectual e ao amor da sabedoria, não obteríamos uma visão histórica da filosofia totalmente diferente daquela que hoje nos é imposta pelos bem-pensantes? Pensadores que foram esquecidos e que nem entram na atual esfera de interesses

dominantes não cresceriam em importância, enquanto outros, hoje coroados de prestígio, não seriam removidos para uma zona mais modesta ou mesmo rejeitados para as trevas exteriores como inimigos da filosofia e amantes da *doxa*?

Também felizmente, é claro que o fenômeno acima descrito afeta menos os filósofos propriamente ditos do que os principiantes e curiosos. Os filósofos continuam interpretando a história do pensamento como bem entendem; muitos opõem-se abertamente ao progressismo historicista e não se inibem de promover à vontade quantas redescobertas e revisões lhes pareçam necessárias para corrigir a imagem deformada do passado e fazer justiça a pensadores e idéias importantes que o olhar público desprezou.

Talvez o caso mais espetacular seja o do prof. Giovanni Reale, que, reconstituindo por fontes diversas o até então mítico “ensinamento oral de Platão”, modificou profundamente a imagem histórica do platonismo. Eric Voegelin reinterpreto todo o pensamento moderno como herança não declarada do antigo gnosticismo. Pierre Hadot restaurou a noção grega da filosofia como regra de vida, que o *establishment* acadêmico havia desprezado em favor das abordagens puramente teóricas. John Deely mostrou que toda a filosofia moderna enveredou por um erro que atrasou o seu desenvolvimento por três séculos ao escolher o idealismo subjetivo de Descartes em vez da semiologia de João de S. Tomás (João Poinot), que resolvia antecipadamente as aporias da “existência do mundo exterior” em que tantos filósofos se debateram em vão. E, guardadas as devidas proporções, eu mesmo retirei do limbo do esquecimento um filósofo cuja mera presença basta para reduzir a proporções quase que de mitologia provinciana tudo o que geralmente se entendia por “pensamento brasileiro”.

Mas todos esses exemplos, e outros similares, só servem para ilustrar o abismo que se abre entre a filosofia dos filósofos e aquela que chega ao grande público e aos novos estudantes por meio da mídia e da rede de ensino.

Por exemplo, o filósofo pode, como Eric Voegelin, compreender que Jean Bodin foi um filósofo da política muito mais sensato e realista do que Maquiavel, mas isso não impede que o autor do *Príncipe* seja ainda o guia preferencial de políticos,

líderes empresariais, oficiais militares e uma infinidade de “formadores de opinião” que não enxergam a comicidade intrínseca de tomar como teórico do sucesso um sujeito que só cultivou o fracasso e apostou sempre no partido perdedor.

[2] A *doxa* é a primeira vítima das ilusões que ela mesma inventa.

Se, em vez do critério da importância pública, que no fim das contas é mais válido para a “história das idéias” ou para a “história das mentalidades” do que para a história da filosofia, adotássemos o do valor intrínseco, força inspiracional e aporte pedagógico, o resultado seria que a própria história da filosofia, em vez de mera aquisição de conhecimentos tidos como necessários ao exercício da filosofia, se tornaria uma meditação em profundidade sobre a contribuição do passado histórico à formação da consciência do próprio filósofo. Seria, não no sentido hegeliano, porém mais ao estilo de Louis Lavelle, uma *história filosófica da filosofia* em que os lances da sucessão histórica se tornariam momentos da evolução interior do filósofo. O esboço que fiz disso na *História Essencial da Filosofia* — menos na série publicada do que na versão mais completa que lhe dei no Paraná — é apenas um rascunho muito tosco, mas dá uma idéia de como se realiza dialeticamente, por esse meio, a *unidade do conhecimento na unidade da consciência e vice-versa*, que é como defino a filosofia.

[1] Cit. em Alfredo Saenz, “La estrategia ateísta de Antonio Gramsci”, em *Ateísmo y Vigencia del Pensamiento Católico*. Atas do IV Congresso Católico Argentino de Filosofía, número especial da revista *Filosofar Cristiano*, nºs 21-24, Buenos Aires, Asociación Católica Interamericana de Filosofía, 1987-88, pp. 355 ss.

[2] V. meu livro *Maquiavel ou A Confusão Demoníaca*, Campinas, Vide Editorial, 2013.